

# País toma fôlego para retornar a negociar dívida

ADEMAR SHIRAISHI  
Da Editoria de Economia

O Brasil toma fôlego, depois de fechar na última sexta-feira a fase 3 de renegociação da dívida, para iniciar, no mês que vem, os entendimentos com os credores externos para a rolagem de pelo menos US\$ 74,6 bilhões — 77,8% do total da dívida brasileira de médio e longo prazos de US\$ 95,86 bilhões — que vencem nos próximos seis anos.

O acordo fechado na sexta-feira garantiu o reescalonamento efetivo — por sete anos, com cinco de carência — apenas da parcela de US\$ 6,79 bilhões vencida em 1985, correspondente a não mais que 7,1% do estoque da dívida. Até março do próximo ano, o Brasil espera derrubar o morro de dívidas que vencem até 1991 para obter, na expressão do presidente do Banco Central, Fernão Bracher, o desafogo de longo prazo.

Mas antes de abrir a renegociação plurianual, o Brasil ainda precisa convencer o Clube de Paris a aceitar o mesmo acordo fechado com os bancos privados. Para acabar com o impasse, o Brasil propôs ao Clube de Paris estender o pagamento em dia dos juros também à dívida aos credores oficiais.

Se o Clube de Paris aceitar o recebimento apenas da parcela de US\$ 275 milhões dos US\$ 2,25 bilhões da dívida oficial que vencem em 1985 ou vencem este ano, o Brasil terá aberto o caminho para a fase 4 da renegociação da sua dívida externa, com conclusão prevista para março de 1987, quando termina o comprometimento dos bancos credores com a manutenção de US\$ 15,4 bilhões de créditos comerciais e interbancários conforme o acordo que entrou em vigor na sexta-feira.

Na renegociação plurianual, estará em jogo a rolagem pelo menos das seguintes parcelas: US\$ 13,71 bilhões que vencem este ano — 14,3% do total da dívida de médio e longo prazos; US\$ 14,43 bilhões a vencer em 1987 — 15,05% do total; US\$ 13,51 bilhões a vencer em 1988 — 14,09%; US\$ 12,03 bilhões a vencer em 1989 — 12,56%; US\$ 10,3 bilhões a vencer em 1990 — 10,74%; e US\$ 10,63 bilhões a vencer em 1991 — 11,09% do total da dívida registrada.

Na próxima terça-feira, o presidente José Sarney definirá o tom político da posição brasileira na renegociação plurianual da dívida, ao iniciar viagem de cinco dias aos Estados Unidos. Mas a renegociação só ganhará os contornos técnicos após a assembleia anual do Fundo Monetário Internacional (FMI)/Banco Mundial, nesta virada de mês, e também depois de países como México, Peru e Equador conseguirem os acordos para saírem da situação de insolvência.

A tônica da fase 4 será a redução da evasão líquida de renda para o exterior, por conta dos encargos da dívida. Este ano, a transferência líquida de renda para o exterior já cairá para 4,3% do Produto Interno Bruto (PIB), contra 5,4% em 1985. Mas o Brasil pretende reduzir as remessas à média histórica de menos de 2% do PIB.

Nos contatos das próximas semanas com os banqueiros internacionais, sobretudo no âmbito da assembleia anual do FMI/Banco Mundial, em Washington, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, e o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, procurarão eliminar o equívoco de que o Brasil pretende impor teto para o pagamento dos juros.

Pelo contrário, o Brasil não cogita de abandonar solução negociada para a sua dívida externa e pretende obter o corte na evasão de renda, via negociação de menores "spreads" — taxas de risco, expectativa de redução dos juros internacionais e também diminuir a relação transferência ao exterior/PIB com a manutenção da taxa média de crescimento da economia de 7% ao ano.

Embora em volume pouco expressivo, os tomadores de primeira linha do País, como a União, o Banco Central e o Banco do Brasil, já começam a receber ofertas de empréstimos voluntários com "spread" inferior até a 1,125% ao ano, obtido pelo acordo de sexta-feira. Mas além da redução do percentual, o Brasil tentará, pela primeira vez, fazer com que o "spread" menor incida sobre toda a dívida e não apenas sobre as parcelas que vão vencendo ano a ano.

A partir da eliminação da interferência do FMI, e também com o fim do pagamento dos diversos "fees" — comissões — na fase 3 da renegociação, a renegociação plurianual envolverá quase que exclusivamente a redução do "spread", o prazo de abrangência e de reescalonamento com o novo acordo e a abertura para a contratação de dinheiro novo. Mais do que declarações de Sarney e Funaro, decisivo para a renegociação plurianual será o futuro do Plano Cruzado.